

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EDUCAÇÃO & PEDAGOGIA

TEACHER TRAINING: EDUCATION & PEDAGOGY

Daniella Basso Batista Pinto*
Marcio Tadeu Girotti**

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre o curso de Pedagogia, destacando os momentos históricos desde a sua criação no Brasil, em especial na cidade de São Paulo, até os dias atuais. Trata das modificações de sua estrutura através dos tempos diante das necessidades do contexto social, da sociedade em constantes transformações e das inovações tecnológicas.

Palavras-chave: Formação de Professores. Momentos Históricos. Curso de Pedagogia.

ABSTRACT

This article presents a study about the Pedagogy course, highlighting the historical moments from its creation in Brazil, especially in the city of. To the present day. It deals with the changes of its structure through the times before the needs of the social context, of the society in constant transformations and the technological innovations.

Keywords: Teacher Training. Historical Moments. Course of Pedagogy.

Fatores que interferem e que se inter-relacionam na formação de professores

Ao investigar o universo educacional, quanto ao processo de ensinar e aprender, à relação professor-aluno, à formação docente, aos saberes necessários em sala de aula; surgem os chamados campos de estudos em relação à formação de professores, os quais

* Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1997), Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009) e Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Atualmente realiza Pós-Doutorado no Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professora Universitária de cursos de graduação e pós-graduação. Coordenadora Pedagógica da Educação Básica. Psicopedagoga e Especialista em MBA - Gestão Educacional. Tem experiência na área de Educação e Direito, com ênfase em Metodologia Científica, Ensino-Aprendizagem, Linguagem Jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: Didática, Formação de Professores, Iniciação Científica, Teoria e Prática, Mediação Pedagógica, Currículo, Avaliação, Interdisciplinaridade. É colaboradora e membro de Comissão Científica de Revistas e Congressos. É autora, organizadora, revisora e tradutora de livros. daniellabasso@gmail.com; daniellapinto@usp.br

** Graduado e Mestre em Filosofia pela UNESP. Doutor em Filosofia pela UFSCar, com Pós-doutorado pela UFU. Docente da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo – FAMEESP. Coordenador de Pesquisa da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE. girotti.mtg@gmail.com

se aplicam às investigações desse universo. Diante disso, Silva (2006) comenta que são desenvolvidas as ciências da educação com o intuito de dar um suporte indispensável aos estudos e pesquisas educacionais de maneira global. A autora, porém, comenta que o grande impasse sempre foi o de como posicionar a pedagogia em relação a essas ciências: sociologia, filosofia, psicologia, história, física, matemática, geografia, biologia, letras, dentre outras.

Na década de 70, essas questões começaram a ganhar maior clareza nas discussões quanto à reformulação dos cursos de formação de educadores no Brasil.

Nesse período de discussões, a pedagogia foi conceituada sob múltiplos enfoques. Segundo Saviani (1976), a pedagogia vinha sendo denominada como: ciência da educação, arte de educar, técnica de educar, filosofia da educação, história da educação, teologia da educação e teoria da educação. Porém, foi concluído que seria considerada como “teoria geral da educação”, construída por meio das exigências da realidade educacional.

Silva (2006) relata que foi apenas na década de 90 que se fundamentou uma concepção de pedagogia enquanto “ciência da prática educativa”.

No entanto, Franco (2008) comenta que ao reconhecer a pedagogia como ciência da prática educativa, é preciso considerar que ela deve ter um papel político por estar sempre propondo discussões sobre os fins e os valores da educação, por meio de reflexões e avaliações, num determinado tempo e espaço históricos.

Já Pimenta (2004) definiu, seguindo uma tendência europeia, especialmente a portuguesa, a pedagogia como sendo uma ciência da educação, base da formação e da atuação profissional do professor. É um campo de conhecimento específico da práxis educativa. E que o curso de pedagogia tem o objetivo de formar pedagogos para atuar na docência; profissionais que estudam e que se inserem na práxis da educação na sociedade:

[...] vale dizer que esse estudo somente pode ser realizado como pesquisa das manifestações educativas, incluindo o ensino, que ocorrem na sociedade. Para isso, são necessários os fundamentos de várias áreas do saber, inclusive daquelas que estudam o ensino. Sua inserção profissional será transformadora e propositiva se baseada nesses princípios (PIMENTA, 2004, p. 8).

Essas áreas do saber, de acordo com a autora, se referem à sociologia, à filosofia, à psicologia, à história, à física, à matemática, à geografia, à biologia, às letras e outras ciências que se voltam à educação por estudarem os métodos de ensino, uma das

atividades do pedagogo. E, ao se voltarem à educação, estas constituem nos cursos de pedagogia os fundamentos da educação, como campo da pedagogia.

Diante das colocações de Pimenta (2004), Libâneo (2007) vem complementá-las dizendo que:

[...] cada uma dessas ciências aborda o fenômeno educativo sob a perspectiva de seus próprios conceitos e métodos de investigação. É a Pedagogia que pode postular o educativo propriamente dito e ser ciência integradora dos aportes das demais ciências (LIBÂNEO, 2007, p. 37).

Nesse sentido, o autor afirma que a Pedagogia é um campo de estudos com problemas e identidade próprios que compreende os elementos da ação educativa, bem como sua contextualização. Esses elementos se referem: ao aluno (sujeito do processo de aprendizagem e de socialização); ao professor e à escola (agentes de formação); às situações que propiciam o ensino; ao saber (objeto de transmissão e assimilação); às escolas e sala de aula (contexto sócio-institucional das instituições). Enfim, a relação entre esses elementos constitui o objetivo pedagógico.

O pedagogo, por sua vez,

É um profissional que domina determinados saberes, que em situação, transforma e dá novas configurações a estes saberes e, ao mesmo tempo, assegura a dimensão ética dos saberes que dão suporte à sua práxis no cotidiano do seu trabalho (PIMENTA, 2004, p. 11).

Sendo assim, a pedagogia por ser um campo de conhecimento da práxis educativa¹ que ocorre na sociedade, tem como objeto de estudo a educação do homem em uma dada sociedade.

Para Pimenta (2004), a educação é uma prática social humana, realizada por qualquer cidadão. É uma prática histórica situada em contextos. Tem por finalidade proporcionar às pessoas a formação de seres humanos, ou seja, é um processo contínuo de humanização na sociedade que se traduz na transmissão e na construção dos conhecimentos, da cultura e dos valores.

Nesse sentido, Franco (2008) complementa o raciocínio de Pimenta dizendo que ao estar vinculada à humanização da sociedade, a educação será sempre um instrumento político, por isso a necessidade de funcionar como ação social inclusiva e participativa.

¹ Libâneo (2007) conceitua práxis educativa como um fenômeno constante e universal inerente à vida social. Constitui-se como objeto de conhecimento por ser um âmbito da realidade possível de ser investigado, por ser uma atividade humana real.

Cabe aqui relatar que se faz necessário à pedagogia, tendo a educação como seu objeto de estudo, ser crucial ao homem, uma vez que o conduz à cultura, levando-o a construí-la e reconstruí-la.

Libâneo (2007), por sua vez, diz a educação é um fenômeno social, integrante da vida social, econômica, política e cultural.

A autora também contribui com esse raciocínio, afirmando que ao estudar, analisar, compreender, interpretar, propor novos modos e processos de ser realizada a educação em sua complexidade, há contribuição de várias áreas, de vários campos disciplinares, dentre eles o da Pedagogia.

Breve histórico da Formação de Professores

“Desenvolver um estudo sobre o curso de Pedagogia [...], requer o exame circunstanciado dos momentos históricos em que surgem as diferentes formas de estruturação de escolas e de currículos formadores dos profissionais da educação (BRZEZINSKI, 1996, p. 17)”.

No Brasil, o curso de Pedagogia foi criado por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da chamada Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei n. 1.190 de 04 de abril de 1939, como relata Silva (2006).

Pelo Decreto n. 1.190, de abril de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia foi estruturada em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia acrescentando, ainda, a de Didática, considerada como “seção especial”. Enquanto as seções de Filosofia, Ciências e Letras albergavam cada uma, diferentes cursos, a de Pedagogia, assim como a seção especial de Didática, era constituída de apenas um curso cujo nome era idêntico ao da seção. Está aí a origem do Curso de Pedagogia (SAVIANI, 2004, p. 5).

No decorrer de sua história, o curso de Pedagogia, encontrado no contexto das Universidades, passou por modificações diversas quanto à legislação. Regulamentações e decretos-lei buscavam retratar, ou melhor, atender as necessidades do contexto social, da sociedade que se apresentava defasada quanto à formação de profissionais da educação.

No entanto, antes desse período, tentativas de criação do curso de formação do profissional da educação em nível superior foram realizadas, porém sem sucesso. A autora acima citada relata que desde a Colônia até a República, 24 tentativas de criação de universidades no Brasil foram realizadas e, por volta de 1892 a 1915, mais 6, porém

não foram concretizadas, permanecendo como projetos até 1920, quando foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, ocorreram outros investimentos no desenvolvimento do Ensino Superior, no que diz respeito à formação profissional; e uma das tentativas foi a criação das Escolas Normais. Brzezinsky (1996) afirma que essas instituições representam o início da formação sendo referências para as Escolas Normais Superiores e para os cursos universitários de Pedagogia.

Percorrendo as trilhas da Formação de Professores no Brasil

Cabe aqui comentar que, para relatar do nascimento do curso de Pedagogia no Brasil, faz-se necessário realizar alguns registros do processo da Escola Normal no país. Nesse sentido, segundo Marcílio (2005), a primeira Escola Normal foi criada em 1835, em Niterói para preparar profissionais para o método mutualista – Lei Geral do Ensino de 1827. Tinha como objetivo de formar os professores para atuarem no magistério de ensino primário. Os cursos eram públicos de nível secundário, atual Ensino Médio.

Os princípios do método mútuo eram simples. Respondiam maravilhosamente às necessidades das escolas mal dotadas e, sobretudo à falta de mestres. Uma numerosa classe com um só mestre e uma equipe de jovens instrutores (monitores). A aprendizagem era minuciosa: letra por letra, sílaba por sílaba, palavra por palavra. O catecismo era ensinado sob forma de questões e respostas, por decoração (MARCÍLIO, 2005, p. 85).

A expansão da escola no final do Império passou a exigir, segundo Brzezinski (1996), a formação de professores em nível médio. Alguns relatos de professores da época imperial revelam salas superlotadas e, portanto, a extrema necessidade de formar novos professores que inicialmente era feito como se podia, até mesmo aqueles que sabiam ler e escrever poderiam ensinar. Isso é revelado por Hilsdorf (2003) ao retratar que as moças de um recolhimento feminino que não conseguiam se casar ou ser governantas foram convidadas a realizarem um curso breve de didática e se tornarem professoras. Havia em contraponto a isso as primeiras experiências dos chamados cursos Pós-Normais foram instalados e considerados a causa, o início dos cursos superiores de formação do pedagogo.

Nesse sentido, a Escola Normal – final do século XIX, aproximadamente – foi a escola obrigatória de formação de professores para ministrarem aulas na escola de primeiras letras, atualmente o ensino fundamental, complementar e normal.

Com o tempo, outras escolas normais foram criadas. Algumas consideradas “escolas-modelo” (grifo da autora), como a Escola Normal da Capital – Escola Normal da Praça, em SP e o Instituto de Educação do Distrito Federal, no RJ; porém, segundo Brzezinski (1996, p. 20) “não foram essas escolas que principiaram a primeira experiência de formação de professores em “nível superior”.

Todavia, foi a Ordem dos Beneditinos de São Paulo em 1901, quem criou o Instituto Superior de Educação juntamente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, decorrente, segundo a autora mencionada, dos debates e indicações do I e do II Congressos Católicos realizados na Bahia, em 1900 e no Rio de Janeiro, em 1901 que ao ser atendido em suas deliberações, criou-se a primeira Universidade Católica – Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras no Seminário Arquidiocesano de SP. Professores estrangeiros foram contratados, porém a Universidade fechou após seis anos de fundação, devido à Primeira Guerra Mundial.

Em seguida, São Paulo recupera os “estudos pedagógicos de caráter público em nível superior”, segundo Brzezinski (1996), para formar professores. A reforma realizada da Escola Normal foi a “pré-história” da Faculdade de Educação da USP.

Nessa época, por meio dos regulamentos da Escola Normal, definiu-se que para formar professores para os chamados cursos preliminares e complementares, haveria quatro Escolas Normais Primárias e para formar professores para ministrarem aulas nessas quatro escolas, haveria, um curso superior, juntamente com a Escola Normal da Capital. Porém, Brzezinski (1996, p. 23) afirma que:

Essa proposta de Escola Normal Superior, todavia, não se efetivou e com o passar do tempo a exigência de sua criação desapareceu dos textos regulamentares da educação paulista. Como já afirmei, a utopia brasileira de elevar os estudos de formação de professores ao nível superior não se tornou realidade nas primeiras décadas republicanas. A utopia ainda permaneceu como projeto simbólico do vir-a-ser.

A autora relata, enfim, que esse primeiro modelo de Escola Normal Superior pública tinha duração de dois anos, o que diferenciava das demais áreas, nas quais os cursos tinham duração de quatro anos. Porém, não foi concretizado, ficando apenas nas tentativas de passar a formação dos professores para nível superior.

Com o mesmo objetivo da Escola Normal Superior, Universidades foram criadas – a de Manaus, 1909, a do Paraná e a particular de São Paulo, 1912 – sendo as primeiras Universidades do Brasil. Brzezinski (1996) comenta que essas universidades tinham a finalidade de tentar organizar uma Universidade através da junção dos cursos já

existentes, porém isolados. A autora ressalva que nenhum desses cursos se referia aos estudos pedagógicos em nível superior.

Em seguida, em 1915, com a Lei n. 2.924/15 e do Decreto n. 11.530 sobre a reforma do ensino brasileiro, o ensino secundário e superior foi reorganizado.

Já, em 1920, propostas foram realizadas ao Ensino Superior, as quais se concretizaram na década de 30, marcada pelo surgimento da Revolução de 30, a qual segundo Brzezinski (1996, p. 18) “é apresentada como marco da evolução pedagógica no Brasil”. Neste período, a sociedade brasileira estava passando por transformações econômicas, políticas e sociais que resultou em necessidades em relação à produção. Além desses aspectos, intelectuais brasileiros realizaram projetos com o objetivo de mudar a sociedade por meio da educação, os quais propunham a democratização da escola.

O movimento de divulgação do ideário escolanovista², que foi transformador, rompeu com o período anterior. Essa nova fase inicia-se e toma vulto com as reformas da instrução ocorridas na década de 1920, que impulsionaram a profissionalização dos professores formados pelas Escolas Normais, dos diretores, dos inspetores escolares e outros especialistas (BRZEZINSKI, 1996, p. 18).

Diante disso, surgiram movimentos para recuperar o atraso educacional brasileiro. Portanto, em 1924, Heitor Lira criou a Associação Brasileira de Educação (ABE). Neste período, o criador da ABE organizou as chamadas Conferências Brasileiras de Educação (CBE), nas quais levava os profissionais a discutirem sobre seu campo de atuação, sobre as políticas públicas, sobre a formação dos profissionais e a questão da pesquisa.

No entanto, o que realmente produziu resultado vantajoso foi a iniciativa da criação de um curso de aperfeiçoamento de nível superior – Decreto n. 4.888/1931 - dentro da Escola Normal da Capital, depois nomeada Instituto Pedagógico de São Paulo e, em seguida, Instituto de Educação Caetano de Campos – Decreto n. 5.846/1933. Este instituto foi referência da criação de uma escola superior destinada a estudos pedagógicos. Esta, por sua vez, concretizou-se pela sua transformação em Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) a qual “constitui o marco histórico, em território paulista, do preparo de profissionais da educação em nível superior” (BRZEZINSKI, 1996, p. 28).

² Anísio Teixeira – discípulo de Dewey - foi o principal articulador da chamada Pedagogia Nova no Brasil. Afirmava que seria possível reformar a sociedade pela reforma do homem.

Antes do Instituto de Educação Caetano de Campos (atual E.E.P.S.G. “Caetano de Campos”) ser elevado ao nível superior por decreto, foi denominado Escola Normal de São Paulo, criada em 16 de março de 1846 por Decreto-Lei n. 34 do Governo Provincial, o qual estabelecia na Capital da Província uma escola normal de instrução primária, que segundo Marcílio (2005), era exclusiva para o sexo masculino.

A Escola funcionava em edifício contínuo à antiga Catedral da Sé e teve como primeiro professor o Dr. Manuel José Chaves que ministrava todas as matérias do curso. “[...] professor único, tirado da escola de preparatórios da Faculdade de Direito, sem preparo para a função, não pôde ele preparar melhor o mestre-escola (MARCÍLIO, 2005, p. 85)”. Cabe aqui comentar que a Escola foi transferida de edifícios, fechada e re-aberta diversas vezes devido à falta de verbas, à deficiência de instalação, de material didático, devido à frequência que era praticamente nula. Fato esse que, de acordo com a autora, em seus 21 anos de existência, formou apenas 40 normalistas.

A trajetória da Escola Caetano de Campos pode ser dividida em três períodos, numa sequência cronológica. O primeiro, que se inicia com a instalação da Escola Normal, em 1846, vai até a inauguração do seu prédio próprio, na Praça da República, em 1894. O segundo período abarca sua trajetória desde a inauguração do prédio próprio até a tentativa de demolição do edifício, na década de 1970. O terceiro e último período é marcado pela reação contra a demolição de seu prédio, e sua descaracterização ao ser desmembrada em duas escolas, que passaram a funcionar em dois novos endereços³.

Porém, a partir de 1937, reforça-se a dificuldade de definição de políticas educacionais coerentes com a realidade, por terem surgido, segundo a autora, ações repressivas de combate às propostas democráticas, bem como a expulsão dos intelectuais que as defendiam no período ditatorial instalado no sistema governamental no Brasil nesta época.

Referências

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

CRE Mário Covas. **Centro de Referência em Educação**. Disponível em: <www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2018.

FRANCO, Maria Amélia S. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

³ CRE Mário Covas - Centro de Referência em Educação – www.crmariocovas.sp.gov.br

HILSDORF, Maria Lucia S. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Thompson, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia, pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Demerval. **O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: Perspectiva Histórica**. Disponível em:
<<http://www.ced.ufsc.br/nova/Textos/saviani%20pedagogia%202004.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018.

SILVA, Carmem Silva B. **Curso de pedagogia no Brasil: polêmicas do nosso tempo**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.